



**Associação de Apoio ao Desenvolvimento**  
Av. Roberto Mugabe, Mocuba  
Tell: 24810718, E-mail: [nana.mocuba2015@gmail.com](mailto:nana.mocuba2015@gmail.com)  
NUIT: 700070441

# Plano Estratégico 2021- 2025

Direitos e bem-estar social! Só, com uma cidadania activa  
e governação inclusiva.

Análise de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças e definição de estratégias cruzadas entre elas.

		Oportunidades	Ameaças
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	-----	<b>1</b> Existência de potenciais parceiros interessados na implementação da abordagem de direitos humanos, comunicação para a mudança social e de comportamento e abordagem de género	<b>1</b> Crise económica internacional reduzindo as fontes de financiamento para as ONGs e dependência das organizações da sociedade civil a agenda dos doadores. Ou seja, as ONGs correm o risco de estar na situação “Faz o que te digo para fazer...se não queres cai fora”
	-----	<b>2</b> Aparente cometimento político dos detentores de poder para a resolução dos problemas de agricultura, recursos naturais e educação e saúde	<b>2</b> A interferência excessiva de vários doadores e cada um com os seus modelos e formatos de prestação de contas e de implementação das actividades pode resultar na desestruturação das organizações receptoras dos fundos
	-----	<b>3</b> Governação descentralizada com mais poder a nível local (aprovação da lei de governação descentralizada). Existência de políticas públicas em todos os sectores e níveis	<b>3</b> Atitudes e comportamentos de alguns governantes com aversão à sociedade civil, assumindo uma postura não inclusiva e excessivamente partidária, conotando deste modo as organizações da sociedade civil como opositores
	-----	<b>4</b> Região geográfica definida pelo governo como sendo uma zona económica especial, o que pressupõe diversas intervenções que são “potenciais” conflitos na gestão dos recursos e do desenvolvimento	<b>4</b> As normas sociais nocivas ao desenvolvimento levam tempo a serem mudadas, perpetuando o “ <i>status quo</i> ”
	-----	<b>5</b> Existência de redes e plataformas locais, provinciais, nacionais e internacionais que mesmo com debilidades lutam para os mesmos objectivos	<b>5</b> Baixo nível de compreensão da importância e princípios de cidadania e excessivo grau de analfabetismo funcional
<b>AMBIENTE INTERNO</b>			
	<b>Lista das 5 maiores Forças</b>	<b>Estratégias Forças X Oportunidades</b>	<b>Estratégias Forças X Ameaças</b>
	<b>1</b> Experiência, credibilidade e legitimidade da NANA perante as comunidades e os Governos locais	<b>1</b> Desenvolver acções no âmbito dos direitos humanos com enfoque para a governação, agricultura, saúde e educação e estabelecer parcerias estratégicas	<b>1</b> Melhorar a capacidade de angariação de recursos desenhando uma estratégia de angariação de fundos e estabelecendo políticas internas robustas

2	Experiências de modelos pilotados com sucesso pela NANA (REFLECT, AUDITORIAS SOCIAIS, ASCAS)	2	Implementar os modelos existentes de forma estruturada ao nível local e provincial	2	Estruturar os modelos, definir acções de lobby e advocacia e esclarecer aos detentores de obrigações a intensão de melhoria da qualidade de prestação de serviços e bem-estar social
3	A NANA tem experiência de educação cidadã nas áreas de governação, agricultura, recursos naturais, saúde (saúde sexual e reprodutiva) e educação	3	Estabelecer acções de educação transformadora nas áreas de governação, agricultura, recursos naturais, saúde e educação	3	A NANA deve estabelecer parcerias estratégicas de longo prazo, que financiem a implementação do plano estratégico, tendo em conta a sua agenda e capacidade de actuação
4	A NANA possui recursos humanos qualificados, sendo constituída por uma equipa jovem, dinâmica e motivada.	4	Estabelecer mecanismos de gestão por resultados e fortalecer a capacidade de lobby e advocacia	4	A NANA deverá redefinir o seu foco geográfico e temático tendo em conta a sua capacidade e relevância de actuação
5	Possui alto sentido de responsabilidade e uma cultura organizacional de aprendizagem contínua	5	Continuar a promover acções de reflexão e aprendizagem contínua e melhorar a documentação das boas práticas e das lições	5	Estabelecer estratégias de comunicação interna e externa, fazendo esclarecimentos ao público em geral e aos governantes em particular para entendimento sobre o seu papel e das comunidades na promoção dos direitos

<b>Lista das 5 maiores Fraquezas</b>	<b>Estratégias Fraquezas X Oportunidades</b>	<b>Estratégias Fraquezas X Ameaças</b>
--------------------------------------	--	--

1	Fraca autonomia financeira, de angariação de fundos e capacidade de negociação para implementação da estratégia	1	Estabelecer parcerias a longo prazo. Divulgar os seus feitos e consolidar a sua imagem	1	Caso persista a falta de fundos, tomar medidas drásticas de contenção de custos o que implica uma reestruturação organizacional e a redução da abrangência do programa
2	Dependência de fundos dos doadores individuais por projectos com duração insuficiente para provocar mudanças significativas	2	Estabelecer parcerias a longo prazo e consistente, tendo em atenção o ponto crítico de investimento apropriado para induzir mudanças	2	Garantir que são recolhidos, analisados e apresentados factos de forma científica e responsável.
3	Persistem desafios na elaboração de estudos, documentação e produção de evidências	3	Capacitar os recursos humanos e estabelecer parcerias com as instituições de pesquisa e académicas	3	Não trabalhar de forma isolada. Evitar confrontos directos. A mudança de atitudes e comportamentos nocivos de alguns governantes deverá ser feita recorrendo as redes e plataformas locais
4	Nem todos os funcionários internos aos diversos níveis dominam o Plano Estratégico incluindo as abordagens e teoria de mudança e as políticas internas.	4	Estabelecer sessões de estudo e reflexão sobre as políticas internas e do Plano Estratégico a todos os níveis e elaborar planos tácitos e operacionais por sectores. Elaborar e implementar um plano de desenvolvimento de capacidades	4	Partilhar com os parceiros a sua visão de desenvolvimento, as abordagens e teoria de mudança, particularmente junto as entidades estatais

- |  |  |   |
|--|--|---|
| <p>5 Embora a NANA possua ferramentas de advocacia e mudança social e monitoria de políticas públicas, estas são implementadas de forma dispersa, dependendo do projecto e não estão estruturados de forma a “vender” as boas práticas</p> | <p>5 Estruturar os modelos existentes, clarificar os objectivos e “vender” tais modelos para réplica em outras organizações, plataformas e redes</p> | <p>5 Promover espaços de diálogo honesto, transparente e responsável consolidando a sua credibilidade e legitimidade junto as comunidades e parceiros</p> |
|--|--|---|

### 1.1. Declaração da visão

Homens e mulheres com direitos e bem-estar social, político e económico, assegurados por uma cidadania informada, consciente e activa em prol de uma governação inclusiva e participativa.

### 1.2. Declaração da missão

Contribuir para a construção de uma cidadania activa e de uma governação participativa e inclusiva para a satisfação dos direitos e o bem-estar social, político e económico usando parcerias e abordagens integradas, baseada em direitos humanos, de género e estratégias de comunicação para a mudança social e de comportamento

### 1.3. Valores organizacionais

Tabela 3. Valores da NANA

VALORES	DESCRIÇÃO
Transparência	A NANA é pela transparência no relacionamento com os parceiros, comunidades e todos os actores envolvidos no desenvolvimento, nos procedimentos internos e na prestação de contas
Profissionalismo	A NANA defende o profissionalismo no relacionamento com as comunidades, beneficiários e parceiros
Respeito	A NANA defende o respeito entre os seus membros, trabalhadores, parceiros e beneficiários das suas acções
Igualdade	A NANA a igualdade no relacionamento interno entre os membros e trabalhadores e no relacionamento com os parceiros, comunidades e beneficiários das suas acções
Equidade de género	A NANA é pela equidade de género dentro da organização, e nas suas intervenções junto ao grupo alvo
Solidariedade	A NANA solidariza-se com os problemas das pessoas excluídas incluindo em situações de emergência
Auto – estima	A NANA defende a promoção de auto-estima dentro e fora da organização
Autonomia política	A NANA pauta por um comportamento que garanta que os seus princípios de autonomia sejam assegurados e não haja influência negativa de outros actores nas suas agendas de desenvolvimento

#### 1.4. Abordagens de desenvolvimento

A NANA definiu 3 abordagens integradas de desenvolvimento nomeadamente: (i) Abordagem baseada em direitos humanos; (ii) Abordagem do modelo sócio-ecológico; e (iii) Abordagem de género, como a seguir se descreve:

##### (i) Abordagem Baseada em Direitos Humanos

A abordagem baseada em direitos humanos da NANA assenta na declaração universal dos direitos humanos e nos tratados e convenções assinados e ratificados pelos estados, como está indicada na declaração:

“A declaração universal dos direitos humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adopção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição”.

A abordagem baseada em direitos humanos da NANA compreende 3 pilares básicos: (i) O empoderamento comunitário; (ii) O Desenvolvimento de Parcerias e (iii) A Monitoria e advocacia da governação.

**Empoderamento Comunitário:** Isto significa, na prática, empoderar o indivíduo e as comunidades, garantindo a transferência de informação e criação de conhecimento, habilidades e competências para a sua contribuição na resolução dos problemas locais e na exigência para a satisfação dos seus direitos. Este empoderamento está estritamente ligado à estratégia de comunicação para a mudança social e de comportamento.

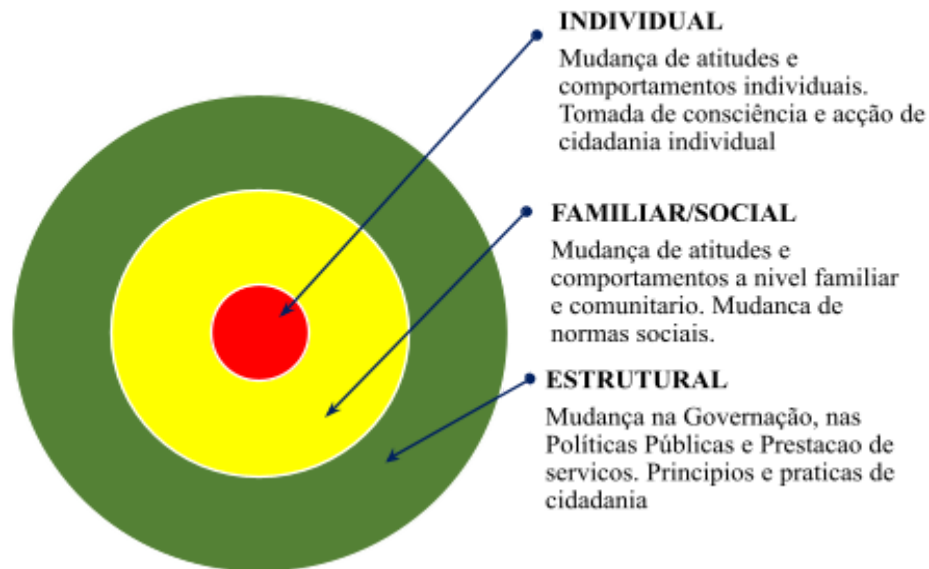
**Desenvolvimento de Parcerias:** Parte do pressuposto de que o trabalho em parceria traz uma combinação de sinergias e aprendizagem contínua e por consequência melhores resultados. A NANA estabelecerá parcerias estratégicas para a pesquisa, implementação de projectos e programas e para campanhas de lobby e advocacia. Fortalecerá e participará em redes e plataformas a nível local, provincial, nacional e internacional reforçando o potencial para a reivindicação e satisfação dos direitos.

**Monitoria e advocacia da governação e prestação de serviços:** Parte do pressuposto de que a prestação de serviços de qualidade é um requisito fundamental para a satisfação dos direitos humanos. Para que isto seja possível há que encontrar formas e espaços para que este serviço seja realmente efectuado atempadamente e com a qualidade exigida. O processo de elaboração e implementação de políticas públicas deve ser inclusivo e as comunidades devem ter o direito de monitorar o desempenho dos governantes e dos provedores de serviços.

##### Abordagem do Modelo Sócio – Ecológico

O Modelo sócio ecológico, estrutura os determinantes e as intervenções tendo em conta (i) o nível individual, (ii) familiar, social ou comunitário e (iii) o nível estrutural. O esquema abaixo representa as inter-relações. Existem factores que afectam as atitudes e

os comportamentos do indivíduo, da família e da comunidade, incluindo dos detentores de obrigações. Os factores de pressão tem a ver com as normas de convivência, os hábitos e as tradições locais e são também afectados pelas políticas públicas do país.



A NANA reconhece e faz questão de nas suas intervenções considerar todos estes determinantes. Implementará uma estratégia de comunicação para a mudança social e de comportamento, o que significa o estabelecimento de um método/estratégia que vise a transformação social, partindo da mudança de atitudes individuais, colectivos e de políticas públicas.

#### Abordagem de género

A NANA reconhece que as relações do poder e as construções sociais dos papéis de género afectam sobremaneira o bem-estar da mulher e da sociedade como um todo.

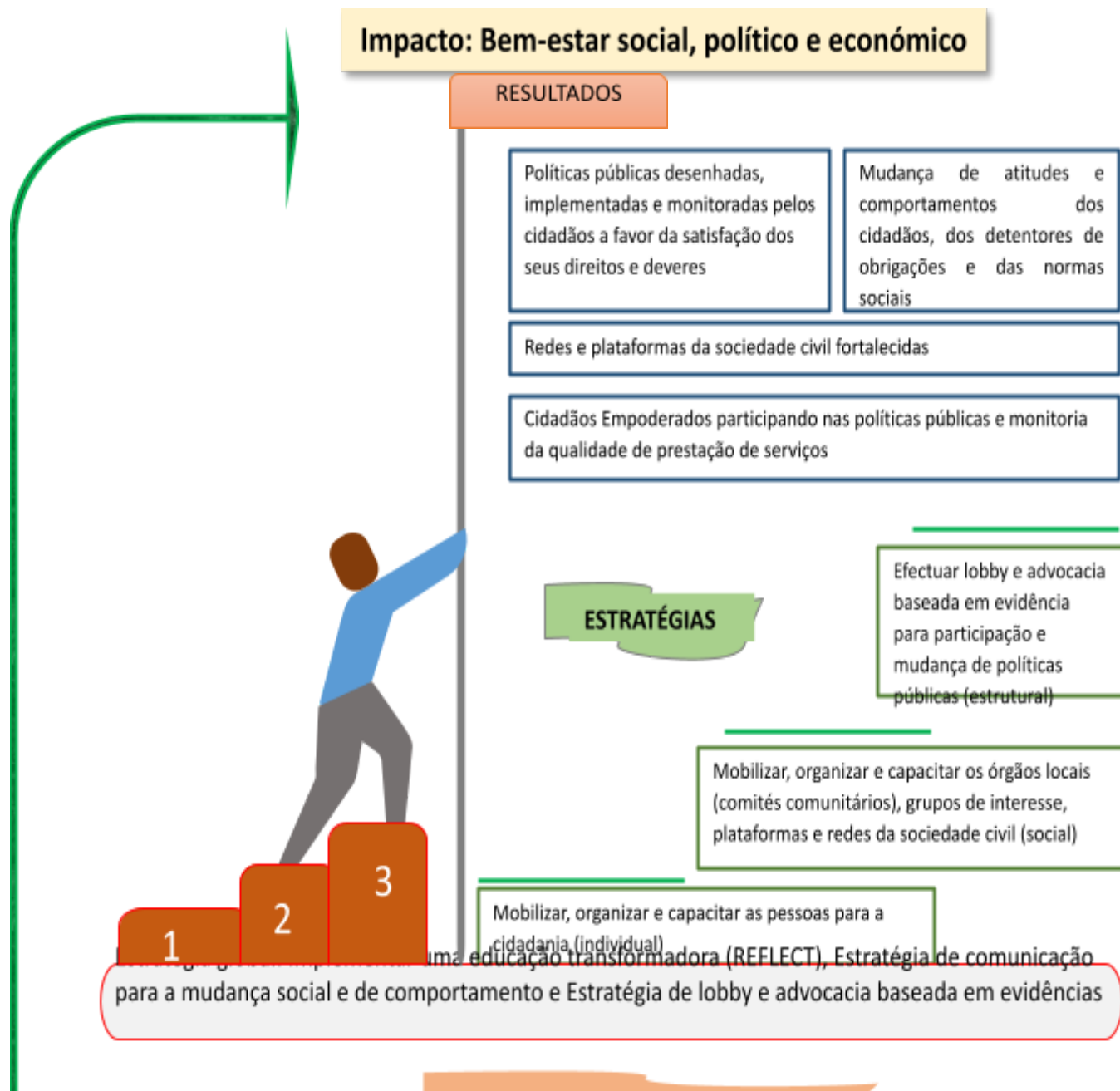
Os direitos das mulheres são sistematicamente violados tendo uma relação directa com os hábitos e costumes locais, as atitudes e comportamentos das pessoas e da sociedade, as políticas públicas e a legislação vigente.

As intervenções da NANA serão caracterizadas pelo desafio e mudanças justas das relações de poder entre o homem e a mulher e as mudanças estruturais que deverão ser efectuadas para uma transformação social e de comportamento.

A abordagem de género da NANA não será uma mera desagregação de números (Homens Vs Mulheres), embora reconheça a importância dessa desagregação. Para aferir os domínios de acção e as mudanças provocadas na questão de género, a NANA terá como referencial os quadrantes de Kelleher, que indica: (i) Quadrante I. atitudes e comportamentos; (ii) Quadrante II. Prestação de serviços; (iii) Quadrante III. Normas informais, cultura e tradição; e (iv) Quadrante IV. Normas formais - Políticas e legislação.

## 1.5. Teoria de Mudança

### TEORIA DE MUDANÇA GLOBAL – LER DE BAIXO PARA CIMA



#### Situação Actual/Problemas por PILARES

Cidadania e Governação inclusiva	Acesso e controlo da Agricultura e Recursos Naturais	Acesso e Controlo dos serviços de saúde e educação
<p>Cidadania e Governação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fraca capacidade de participação dos cidadãos na governação</li> <li>✓ Corrupção</li> <li>✓ Atitudes e comportamentos de alguns governantes nocivos aos direitos</li> </ul>	<p>Agricultura e Recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fraca inclusão financeira</li> <li>✓ Fraca participação dos agricultores nas cadeias de valor</li> <li>✓ Fraco acesso e controlo dos recursos naturais</li> <li>✓ Fraco acesso e controlo da</li> </ul>	<p>Saúde e Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fraca qualidade dos serviços de saúde e educação</li> <li>✓ Altos níveis de uniões prematuras</li> <li>✓ Atas taxas de violência baseada no género</li> </ul>

## 1.6. Pilares estratégicos

Foram definidos os seguintes pilares estratégicos: (i)



## 1.7. Pilar I. Cidadania e governação inclusiva

### 1.7.1. Definição do problema cidadania e governação inclusiva

A Constituição da República de Moçambique no seu artigo 3 preconiza – “*A República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem*”.

A NANA reconhece o esforço efectuado pelo Estado para a garantia dos direitos dos cidadãos, porém, acredita que muito há ainda por fazer para a satisfação dos direitos e garantia do bem-estar social, político e económico.

Embora os problemas sejam de carácter multidimensional, com várias causas e efeitos, é nosso entendimento que os problemas centrais estão associados a não participação efectiva do cidadão na governação.

Ser cidadão, significa ter o sentimento de pertença e ter consciência dos seus direitos e deveres contribuindo para a satisfação e proteção dos direitos e deveres individual e colectivos.



Embora Moçambique tenha um quadro constitucional e legal e políticas públicas favoráveis à participação do cidadão, esta encontra-se aquém do desejável, levando muitas vezes a não implementação das políticas e a não responsabilização dos detentores de poder quando as violam ou não as implementam.

A fraca participação do cidadão nos domínios social, político e económico, tem a ver por um lado, pela insuficiência de informação e conhecimento das leis e das políticas públicas e por outro, a falta de consciência de cidadania.

Contribuem para a fraca participação o posicionamento centralista dos tomadores de decisões. A formulação de políticas públicas é efectuada a nível central por um grupo restrito, muitas vezes associada ao partido no poder, embora, por vezes, haja a intensão de envolvimento das organizações da sociedade civil. Porém, as organizações da sociedade civil continuam fracas e muitas vezes sem capacidade de lobby e advocacia baseada em evidências.

Esta situação (fraca consciência de cidadania e centralização das decisões) leva a uma situação e sentimento de exclusão e conseqüentemente de não “pertença” gerando uma situação auto-exclusão nos processos da vida social, económica e política do país.

Não existe de forma consciente, estruturada e baseada em evidências, uma fiscalização das instituições estatais (prestadores de serviços) e do governo, pela sociedade civil. O parlamento que em princípio tem o papel de fiscalização do governo, não o faz de forma consistente e real, pois, a semelhança das instituições estatais, está excessivamente partidariado onde a bancada do partido no poder, de maioria, defende as acções dos governos do dia.

Esta situação, aliada a um analfabetismo funcional de alguns provedores de serviços, leva a negligência e oportunismos. O nível de corrupção cresce e a prestação de serviços públicos se deteriora. Nos poucos casos, isolados, de fiscalização das actividades dos provedores de serviços, não existe uma responsabilização firme por parte de quem de direito, perpetuando-se, desse modo, o “modus operandi”, deixando os sujeitos de direito à sua situação precária.

Portanto, a fraca participação derivada de várias causas, como se fez referência, leva a não existência de contratos sociais. A sociedade pode ter a percepção de que uma política ou decisão é má, porém, caso se estabeleça um contrato social (baseada numa comunicação clara e objectiva) e uma liderança assertiva, sábia, e baseada em princípios éticos, os sujeitos de direitos serão parte da solução, de forma consciente e activa e ajudarão desse modo o seu bem-estar.

### 1.7.2. Objectivo estratégico - Cidadania e governação inclusiva

O foco da NANA, neste pilar (Cidadania e governação Inclusiva) será contribuir para a criação de valores e princípios de cidadania, capacitando por um lado os cidadãos para terem uma atitude e comportamento activo e por outro, fortalecendo as organizações da sociedade civil organizadas em redes e plataformas a nível local, provincial, nacional e internacional. As redes e plataformas locais e provinciais serão dotadas de conhecimento sobre as políticas públicas, estratégias de lobby e advocacia e as ferramentas para a recolha de evidências para a monitoria e avaliação dessas políticas.

As redes e plataformas da sociedade civil, serão os espaços de participação dos cidadãos e por essa via estabelecer diálogos construtivos com os tomadores de decisão:

**Objectivo Estratégico 1. Fortalecer a capacidade individual e colectiva de homens e mulheres para a sua participação na formulação, implementação e monitoria das políticas públicas e sua inclusão na governação para a satisfação dos direitos e deveres de cidadania**

### 1.7.3. Acções estratégicas por resultado- Cidadania e governação inclusiva

Tabela 4. Objectivo, resultados e acções estratégicas do Pilar I.

<b>Objectivo estratégico</b>	Fortalecer a capacidade individual e colectiva de homens e mulheres para a sua participação na formulação, implementação e monitoria das políticas públicas e sua inclusão na governação para a satisfação dos direitos e deveres de cidadania
<b>RESULTADOS</b>	<b>ACÇÕES ESTRATÉGICAS</b>
<u>Resultado 1</u>  Pelo menos 4500 pessoas (homens e mulheres) nos distritos alvos com conhecimento e mudança de atitudes e comportamentos e com capacidade de participação na governação	<u>Accão estratégica 1</u>  Capacitar os grupos de interesse de homens e mulheres usando o REFLECT para mudanças sociais e de atitudes e comportamentos quanto a: <ul style="list-style-type: none"> <li>● Cidadania (direitos e deveres)</li> <li>● Governação descentralizada e municipal</li> <li>● Monitoria e responsabilização social</li> </ul>
	<u>Accão estratégica 2</u>  Promover a participação dos cidadãos (homens e mulheres), por grupos de interesse, na formulação, implementação, monitoria e avaliação das políticas públicas, através de campanhas em redes e plataformas para influenciar mudanças de atitudes, comportamentos e práticas dos detentores de obrigações a favor dos sujeitos de direito
<u>Resultado 2</u>  Redes e plataformas das organizações da sociedade civil construídas, fortalecidas e participando activamente na formulação, implementação e monitoria das políticas públicas	<u>Accão estratégica 1</u>  Capacitar as redes e plataformas da sociedade civil sobre advocacia, políticas públicas, cidadania (direitos e deveres), governação e modelos de monitoria e avaliação das políticas públicas e elaborar posicionamentos (documentos de posicionamento)
	<u>Accão estratégica 2</u>  Conduzir estudos, avaliações, e reflexões periódicas para lobby e advocacia com vista a melhorar a formulação e implementação das políticas públicas, incluindo estratégias de monitoria e responsabilização social

### Accção estratégica 3

Fortalecer as ligações com redes e plataformas locais nacional e internacional para lobby e advocacia com vista a influenciar mudanças nas práticas de governação

## 1.8. Pilar II. Acesso e controlo da agricultura e recursos naturais

### 1.8.1. Definição do problema-acesso e controlo da agricultura e recursos naturais

#### Agricultura

O governo de moçambique considera a agricultura como área prioritária. Em moçambique as zonas rurais constituem 90% do território nacional e acolhem 67% da população total.

Dados gerais indicam que o sector de agricultura contribui com 25% do produto interno bruto (PIB) e emprega mais de 80% da mão-de-obra. A agricultura familiar representa cerca de 82% da economia rural.

O programa SUSTENTA categoriza as unidades de produção dependendo do tamanho e características de produção. As pequenas explorações agrícolas constituem 98,7% (3,9 milhões de unidades), as médias 1,03% (51.871 unidades) e as grandes explorações 0,27% (782 unidades).

Em Moçambique, apenas 4.3% dos agricultores tem acesso aos serviços de extensão rural ou agrária, e cerca de 95% dos agricultores dependem das redes familiares e vizinhança para acesso a novas experiências produtivas. Somente cerca de 4,6% fazem uso de sementes melhoradas, com uma aplicação em média a nível nacional de cerca de 3.7kg/ha de fertilizantes, abaixo da média dos países da África Subsaariana (15 Kg/ha) e muito abaixo da meta da Declaração de Abuja, 50 Kg/ha de fertilizantes. Somente 0,6% tiveram acesso a crédito para produção e 13,6% receberam informação sobre os preços (mercado).

Embora o governo tenha definido a agricultura como área prioritária, vários têm sido os desafios para a melhoria do sector. Os resultados da implementação do Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário, embora encorajadores, não alcançaram o nível desejado. Verifica-se um investimento no sector agrário abaixo dos 10% acordados na Declaração de Malabo.

Em resumo, os desafios do sector da agricultura são multi-dimensionais, porém na perspectiva da NANA, não necessariamente de causa e efeito, merecem destaque os seguintes:

- Não cumprimento integral das políticas e programas definidas pelo sector;
- Fraca capacidade da sociedade civil e dos produtores na monitoria das políticas públicas do sector aliada a má prestação de serviços e a corrupção no sector;
- Exclusão do sector familiar dos processos de decisão e na cadeia de valores do sector agrário;

- Fraca capacidade institucional para a disseminação de tecnologias agrárias (extensão agrária) e conseqüentemente fraca adopção das tecnologias pelo sector familiar;
- Baixo investimento no sector da agricultura (estão abaixo dos 10%) para o reforço da capacidade institucional e dos agricultores do sector familiar;
- Tentativa de “encurtar o caminho”, promovendo a mecanização agrária sem inclusão dos pequenos produtores do sector familiar;
- Baixa capacidade de elaboração de planos de negócio e acesso ao crédito agrário pelos produtores do sector familiar;
- Baixo acesso aos insumos agrícolas e factores de produção pelos agricultores do sector familiar
- Baixa produção e produtividade do sector familiar;
- Baixa segurança de posse e controlo da terra por parte dos agricultores do sector familiar em particular pelas mulheres.

### Recursos Naturais e Ambiente

Para a NANA, merecem destaque de análise e intervenção no presente plano estratégico, as componentes de meio-ambiente, florestas e fauna bravia, terra e mudanças climáticas. Uma menção particular será dada também a epidemia do COVID 19.

Moçambique tem 34 milhões de hectares de floresta natural. O ecossistema florestal predominante é o miombo, que cobre dois terços da área florestal total.

O governo moçambicano tem demonstrado um grande compromisso para a redução do desmatamento e na melhoria da governação florestal. Isso pode ser evidenciado na estratégia nacional para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD +) que visa reduzir o desmatamento em 40% e restaurar 1 milhão de hectares de florestas até 2030.

O quadro legal e de políticas têm estado a ser revistos. Recentemente, foram aprovados os pilares estratégicos (Plano estratégico do sector de terras e ambiente - 2020-2030) visando a gestão sustentável dos recursos naturais e ambiente, gestão sustentável da terra, resiliência climática e desenvolvimento institucional.

Embora reconhecendo a importância do sector dos recursos naturais, prevalecem desafios para a sua melhoria. Estes são os seguintes:

- ✓ Necessidade de ajustamento ao contexto local do quadro legal e políticas de terra (em revisão), florestas e exploração mineira;
- ✓ Exploração desenfreada da madeira, provocando desmatamentos e desflorestamento;
- ✓ Queimadas descontroladas;
- ✓ Fraca segurança de posse e controlo da terra, particularmente pelas mulheres.
- ✓ Fraca capacidade das instituições para a educação ambiental e gestão dos recursos naturais;
- ✓ Fraca consciência de cidadania e reconhecimento da importância da preservação do meio ambiente;
- ✓ Fraca capacidade de resiliência das comunidades face às mudanças climáticas;

Assim, a NANA se propõe a contribuir para o alcance do seguinte objectivo:

### 1.8.2. Objectivo estratégico-agricultura e recursos naturais

O foco da NANA neste pilar será dado na implementação de ações relativas inclusão financeira, desenvolvimento do agro-negócio, acesso e controlo da terra e a prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas. Todas as acões procuraram promover a inclusão dos agricultores do sector familiar na cadeia de valores.

A terra será considerada um recurso natural fundamental, procurando-se garantir a inclusão das comunidades para a sua gestão e proteção. Assim, a NANA estabeleceu para este pilar o seguinte objectivo:

Objectivo Estratégico - Melhorar a capacidade das comunidades para (i) inclusão financeira, (ii) desenvolvimento do agro-negócio (iii) o acesso e controlo da terra e (iv) a prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas

### 1.8.3. Acções estratégicas por resultado-agricultura e recursos naturais

Tabela 5. Objectivo, resultados e acções estratégicas do Pilar II

<b>Objectivo estratégico</b>	Melhorar a capacidade das comunidades para (i) inclusão financeira, (ii) desenvolvimento do agro-negócio (iii) o acesso e controlo da terra e (iv) a prevenção, resiliência e mitigação do impacto das mudanças climáticas
<b>RESULTADOS</b>	<b>ACÇÕES ESTRATÉGIAS</b>
<u>Resultado 1</u>	<u>Accão estratégica 1</u>
Pelo menos 4500 agricultores (60% de mulheres), nos distritos alvo, têm acesso aos mecanismos informais de crédito agrícola e aos serviços bancários e dinheiro móvel	Capacitar grupos de interesse (homens e mulheres) em mecanismos de poupança e crédito rotativo, serviços financeiros formais e sua ligação com os fornecedores de insumos e provedores de serviços
<u>Resultado 2. Pelo menos 4500 agricultores (60% de mulheres) possuem Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs) reconhecidos e segurança de posse e controlo da terra</u>	<u>Accão estratégica 2</u> Providenciar assistência técnica aos agricultores do sector familiar para a sua inclusão na cadeia de valor do agro-negócio
	<u>Accão estratégica 1</u> Divulgar os direitos de acesso à terra e seu uso na cadeia de valores
	<u>Accão estratégica 2</u> Facilitar a aquisição dos direitos de uso e aproveitamento de terras pelas comunidades observando questões de género e normas sociais

Resultado 3. Fortalecidos os comités de gestão de recursos naturais nos distritos alvos para a proteção do meio-ambiente e prevenção e mitigação dos impactos das mudanças climáticas	<u>Accão estratégica 1</u>
	Reactivar os comités de gestão de recursos naturais para sua organização e acção com vista a adopção de práticas amigas do ambiente
	<u>Accão estratégica 2</u>
	Sensibilizar e consciencializar as comunidades para a adopção de práticas de resiliência e agricultura sustentável

### 1.9. Pilar III. Acesso e controlo dos serviços de Saúde e Educação

#### 1.9.1. Definição do problema-acesso e controlo dos serviços de Saúde e Educação

Este Pilar compreende vários domínios a saber: (i) Saúde Sexual e Reprodutiva; (ii) Violência baseada no Género; (iii) Acesso e qualidade de prestação de serviços de saúde e educação.

#### Saúde Sexual e Reprodutiva

Os direitos sexuais e reprodutivos são reconhecidos em vários instrumentos legais e convenções internacionais, regionais e nacionais. Estas partem do princípio de que todos têm direito a uma vida sexual saudável, segura, consensual e plena. Orientam-se igualmente pelo princípio de que todos têm o direito de controlar o seu corpo e ter informação e conhecimento para tomar decisões e ter comportamentos saudáveis e ter a disposição de serviços de saúde acessíveis e de qualidade.

O censo populacional de 2017 contribuiu para preencher uma lacuna importante nas estatísticas de género incluindo os padrões de casamentos prematuros. Embora os dados indiquem que tenha havido uma diminuição modesta desde 1997, estes dados indicam que o problema persiste e afecta sobremaneira o bem-estar social, particularmente da rapariga. De referir que os dados referem que em Moçambique, 1 em cada 2 raparigas se casa antes de completar 18 anos.

O Governo de Moçambique tem vindo a envidar esforços para a eliminação dos casamentos prematuros e gravidezes precoces ou não consentidas. É exemplo disso a implementação da Estratégia Nacional de Prevenção dos casamentos prematuros em Moçambique (2016-2019). Contudo prevalecem desafios críticos a vários níveis, como por exemplo:

- Taxas elevadas de casamentos prematuros e gravidez precoce de raparigas com idade inferior a 18 anos;

- Fraca capacidade das instituições para a implementação das estratégias de prevenção e combate aos casamentos prematuros e gravidez precoce;
- Baixo acesso e baixa qualidade de serviços de saúde sexual e reprodutiva nas unidades sanitárias;
- Normas sociais e comportamentais nocivas à proteção dos direitos das mulheres e das raparigas.

### Violência baseada no Género

Em moçambique, a violência baseada no género é um dos factores determinantes para as desigualdades sociais entre o homem e a mulher. Existem desafios nos vários sectores de desenvolvimento, sendo importante destacar o acesso a justiça e direitos humanos, os direitos a educação, a saúde, ao emprego, aos recursos produtivos, acesso a tomada de decisão política, a violência contra as mulheres e raparigas e a orçamentação sensível ao género.

Em relação a violência domestica, o Censo de 2017, indica que entre 2015 e 2017, em cada 10 Mil pessoas, cerca de 9.5 em média foram vítimas de violência doméstica no País.

O número de casos de violência reportados tem vindo a crescer. Em 2015, foram reportados um total de 24.234 tendo subido para 25.589, em 2017. Referir que o facto de aumentarem o número de casos reportados não significa que tenha necessariamente aumentado o caso de violência domestica. Pode sim, por hipótese, traduzir uma maior consciência de denúncia de casos e uma melhor organização institucional para o registo.

Os desafios quanto a violência de género são multidimensionais, porém importa destacar:

- Fraca capacidade institucional para seguimento dos casos de violência;
- Baixa qualidade e fraco acesso aos serviços de justiça, de saúde e educação;
- Normas sociais e culturais nocivas a satisfação dos direitos da mulher;
- Feminização da pobreza;
- Atitudes e comportamentos individuais e colectivos tendentes a perpetuar as desigualdades de género.

#### 1.9.2. Objectivo estratégico-acesso e controlo dos serviços de Saúde e Educação

O foco da NANA neste pilar será dado ao fortalecimento da capacidade individual e colectiva para a construção de atitudes e comportamentos de cidadania, utilizando uma estratégia de educação transformadora, alicerçada na estratégia de comunicação para a mudança social e de comportamento. Cobrirá os domínios de (i) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, (ii) violência baseada no género e (iii) acesso e qualidade da prestação de serviços de educação e saúde. Assim para este pilar pretende-se:

Objectivo Estratégico - Fortalecer a capacidade individual e colectiva de homens, mulheres, raparigas e rapazes para a sua participação activa na: (i) Promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, (ii) Redução da Violência baseada no Género, (iii) Melhoria do acesso e da qualidade de prestação de serviços de saúde e educação

1.9.3. Acções estratégicas - acesso e controlo dos serviços de Saúde e Educação

Tabela 6. Objectivo, resultados e acções estratégicas do Pilar III

<b>Objectivo estratégico</b>	Fortalecer a capacidade individual e colectiva de homens, mulheres, raparigas e rapazes para a sua participação activa na: (i) Promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, (ii) Redução da Violência baseada no Género, (iii) Melhoria do acesso e da qualidade de prestação de serviços de saúde e educação
<b>RESULTADOS</b>	<b>ACÇÕES ESTRATÉGIAS</b>
<p><u>Resultado 1</u></p> <p>Pelo menos 6000 pessoas (homens, mulheres, raparigas, rapazes) conhecem e exercem os seus direitos à saúde sexual e reprodutiva)</p>	<p><u>Accão estratégica 1</u></p> <p>Capacitar grupos e instituições comunitárias sobre direitos e saúde sexual e reprodutiva</p> <p><u>Accão estratégica 2</u></p> <p>Empoderar as comunidades usando a Estratégia de Comunicação para Mudança Social e de Comportamento sobre os direitos sexuais e reprodutivos</p> <p><u>Accão estratégica 2</u></p> <p>Promover a ligação dos grupos comunitários com os serviços institucionais para resposta dos casos de violação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos</p>
<p><u>Resultado 2</u></p> <p>Homens e mulheres adoptam práticas que contribuem para a redução da Violência Baseada no Género e promoção de uma justiça social</p>	<p><u>Accão estratégica 1</u></p> <p>Capacitar grupos e instituições comunitárias para a identificação, monitoria, encaminhamento e “reporte” de casos de Violência Baseada no Género a nível das comunidades</p> <p><u>Accão estratégica 2</u></p> <p>Pilotar modelos de educação transformadora nas comunidades para a mudança das normas sociais nocivas a Justiça de género</p>
<p><u>Resultado 3</u></p> <p>Melhorado o acesso, a inclusão e a qualidade de prestação de serviços de</p>	<p><u>Accão estratégica 1</u></p> <p>Capacitar redes e plataformas locais sobre monitoria de responsabilização social</p>



saúde e educação, nos distritos alvo

### Accão estratégica 2

Monitorar e avaliar a qualidade de prestação de serviços de saúde e educação e advogar para a sua melhoria

## 1.10. Pilar IV. Desenvolvimento Institucional

### 1.10.1. Definição do problema do pilar desenvolvimento institucional

A NANA tem vindo a assinalar melhorias significativas desde o seu plano estratégico anterior. Porém, prevalecem desafios que devem ser continuamente enfrentados e a necessidade de consolidar uma aprendizagem contínua e dinâmica.

Assim, os grandes desafios a considerar são:

- Fraca autonomia financeira, angariação de fundos, capacidade de negociação para implementação da estratégia;
- Dependência de fundos dos doadores individuais por projectos com duração insuficiente para provocar mudanças significativas;
- Persistem desafios na elaboração de estudos, documentação e produção de evidências;
- Nem todos os funcionários internos aos diversos níveis dominam o Plano Estratégico incluindo as abordagens e teoria de mudança e as políticas internas;
- Embora a NANA possua ferramentas de advocacia e mudança social e monitoria de políticas públicas, estas são implementadas de forma dispersa, dependendo do projecto e não estão estruturados de forma a “vender” as boas práticas;
- Crise económica internacional reduzindo as fontes de financiamento para as ONGs e dependência das organizações da sociedade civil a agenda dos doadores. Ou seja, as ONGs correm o risco de estar na situação “Faz o que te digo para fazer...se não queres cai fora”;
- A interferência excessiva de vários doadores e cada um com os seus modelos e formatos de prestação de contas e de implementação das actividades pode resultar na desestruturação das organizações receptoras dos fundos;
- Atitudes e comportamentos de alguns governantes com aversão à sociedade civil, assumindo uma postura não inclusiva e excessivamente partidária, conotando deste modo as organizações da sociedade civil como opositores;
- As normas sociais nocivas ao desenvolvimento levam tempo a serem mudadas, perpetuando o “*status quo*”
- Baixo nível de compreensão da importância e princípios de cidadania e excessivo grau de analfabetismo funcional

### 1.10.2. Objectivo estratégico do pilar desenvolvimento institucional

A nível institucional a NANA se concentrará na melhoria da governação e gestão executiva, na documentação, visibilidade e aprendizagem contínua, na consolidação dos instrumentos e capacidade de advocacia baseada em evidência, na angariação de recursos financeiros e técnicos e na sustentabilidade institucional. Assim, neste pilar a NANA definiu o seguinte objectivo estratégico:

Objectivo Estratégico - Tornar a organização robusta quanto a: (i) governação e gestão executiva por resultados promovendo a eficiência, eficácia, transparência e inclusão, (ii) documentação, visibilidade e aprendizagem contínua, (iii) advocacia baseada em evidências, (iv) angariação de recursos financeiros e técnicos, (v) sustentabilidade organizacional

### 1.10.3. Acções estratégicas por resultado- desenvolvimento institucional

Tabela 7. Objectivo, resultados e acções estratégicas do Pilar IV

<b>Objectivo estratégico</b>	Tornar a organização robusta quanto a: (i) governação e gestão executiva por resultados promovendo a eficiência, eficácia, transparência e inclusão, (ii) documentação, visibilidade e aprendizagem contínua, (iii) advocacia baseada em evidências, (iv) angariação de recursos financeiros e técnicos, (v) sustentabilidade organizacional
<b>RESULTADOS</b>	<b>ACÇÕES ESTRATÉGIAS</b>
<u>Resultado 1</u>	<u>Accão estratégica 1</u>
Melhorada a governação interna e gestão executiva por resultados de forma eficiente, eficaz, transparente e inclusiva	Consolidar os órgãos sociais da organização, clarificando as suas competências e responsabilidades e promovendo encontros regulares e assembleia geral
	<u>Accão estratégica 2</u>  Consolidar mecanismos de gestão por resultados, de monitoria e avaliação do desempenho dos recursos humanos e do programa, e de prestação de contas
<u>Resultado 2</u>	<u>Accão estratégica 1</u>
Melhorada a documentação, visibilidade, monitoria, avaliação e a aprendizagem institucional	Consolidar o centro de documentação, de visibilidade e aprendizagem com recurso as plataformas digitais
	<u>Accão estratégica 2</u>  Promover mecanismos participativos de revisão, planificação, prestação de contas e monitoria e avaliação
<u>Resultado 3</u>	<u>Accão estratégica 1</u>
Os modelos de advocacia baseada em evidência estão estruturados e consolidados	Documentar as estratégias de comunicação para a mudança social e de comportamento e de lobby e advocacia pilotados como modelos alternativos de monitoria e responsabilização social
	<u>Accão estratégica 2</u>

<u>Resultado 4</u>	Desenvolver uma política e uma estratégia de comunicação interna e externa usando tecnologias de informação e comunicação <u>Accão estratégica 1</u>
A organização possui recursos técnicos e financeiros para implementar o plano estratégico	Desenvolver uma estratégia de angariação de fundos de médio e longo prazo para a implementação do plano estratégico assegurando a sustentabilidade organizacional <u>Accão estratégica 2</u>
	Fortalecer a capacidade técnica de angariação de fundos e diversificar as fontes de financiamento

#### 1.11. Áreas geográficas de intervenção

A NANA se propõe a implementar as suas actividades em todos os 22 distritos e 6 municípios da província da Zambézia, tendo em conta os pilares estratégicos definidos.

As ações de advocacia e monitoria de políticas públicas são de cobertura provincial, nacional e internacional.

#### 1.12. Grupos Alvo/Beneficiários

O Principal grupo alvo da NANA é:

- Mulheres e homens adultos – Maiores de 18 anos
- Mulheres e homens jovens até os 35 anos
- Crianças e adolescentes dos 0 aos 18 anos de idade
- Instituições
  - ✓ Conselhos Consultivos, CGRN, Agentes de Mudança, Círculos de REFLECT, Clubes Escolares da Rapariga, Plataforma Distrital, Associações agro-pecuárias, Parlamento Infantil, Parlamento Juvenil, Inter-pares, Conselhos de Escola, Comitês de Co-gestão e OCBs.

## 2. ANEXOS – Quadro Lógico e Orçamento